

CARTA ABERTA À PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA, URSULA VON DER LEYEN

22 de maio de 2026

Indignação com o convite da Comissão Europeia para reunir com os Talibã

O Lobby Europeu das Mulheres (LEM), a maior organização europeia de mulheres, com membros em toda a União Europeia e além dela, e a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM), enquanto sua coordenação nacional, expressam a sua profunda indignação perante o alegado convite dirigido pela Comissão Europeia aos Talibã para se deslocarem a Bruxelas, a capital europeia dos “direitos fundamentais, liberdades e igualdade”.

Tal acontece apesar do conhecimento amplamente documentado de que as mulheres e raparigas no Afeganistão estão privadas dos seus direitos e liberdades fundamentais. A brutalidade do regime contra mulheres e raparigas constitui perseguição, conforme reconhecido pelo [Tribunal de Justiça da União Europeia em 2024](#). As mulheres e raparigas estão proibidas de aceder à educação, ao emprego, aos cuidados de saúde, de viajar, de sair de casa sem acompanhante masculino, de se vestirem como desejam, de olhar pela janela ou de cantar. Em suma, estão impedidas de usufruir dos seus direitos humanos fundamentais.

Assim, uma decisão deste tipo corre o risco de conferir legitimidade a um regime que viola sistematicamente os direitos fundamentais das mulheres e raparigas e contradiz diretamente os valores fundamentais da União Europeia em matéria de direitos humanos, igualdade e dignidade.

O LEM e a PpDM têm denunciado de forma consistente as ações dos Talibã como constituindo um apartheid de género: um sistema de governação que impõe a segregação, exclusão e subjugação de mulheres e raparigas unicamente com base no seu sexo. Esta realidade é marcada por formas extremas de discriminação e violência que apagam as mulheres da vida pública e política e lhes negam os seus direitos humanos fundamentais.

O LEM e a PpDM apelam, por isso, à Comissão Europeia para que retire imediatamente este convite.

A União Europeia deve posicionar-se firmemente ao lado das mulheres e das raparigas afegãs e cumprir os seus compromissos em matéria de direitos humanos e igualdade entre mulheres e homens. Qualquer forma de envolvimento deve estar estritamente condicionada ao restabelecimento pleno dos direitos das mulheres e raparigas, incluindo o acesso à educação, ao emprego, à liberdade de circulação e à participação na vida pública.

Esperamos que a Comissão Europeia atue enquanto guardiã dos Tratados, nos quais o direito inequívoco à igualdade está consagrado. Esta ação contradiz plenamente a ideia de uma “União da Igualdade”.

Neste momento crítico, a União Europeia deve demonstrar liderança e integridade, recusando qualquer envolvimento com um regime que impõe uma opressão sistémica baseada no sexo. Os direitos das mulheres e raparigas não são negociáveis.

Em 2025, o LEM adotou uma [declaração](#) sobre segregação sexual, discriminação e apartheid com base no sexo no Afeganistão.

Por isso, apelamos à ação imediata!